



O CAMINHO SERIA OUTRO SE FOSSE OUTRO O CAMINHANTE?: UM DEBATE ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO PARA OS TRABALHADORES DA EJA

**CAMILA SANT'ANA GONÇALVES¹; DAVI SÁVIO DOS SANTOS PAIM²;
AMILTON ALVES DE SOUZA³**

¹Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Santíssimo Sacramento. Grupo de Pesquisa: GEPEJA E-mail: camila12410278@soumaissantissimo.com.br

²Graduando em Pedagogia pela Faculdade Santíssimo Sacramento. Grupo de Pesquisa: GEPEJA E-mail: davi12410397@soumaissantissimo.com.br

³Doutor pela Universidade Federal da Bahia, UNEB, Grupo de Pesquisa: GEPEJA, amiltonalvess@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA EJA

RESUMO

Introdução: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica. Para muitos, é entendida somente como uma segunda chance de acesso à educação, no entanto, ela está muito além dessa percepção. A EJA se constitui em um campo de luta por direitos a educação, a cidadania e a formação social do sujeito, compreendendo que a educação não se cristaliza em um determinado tempo da vida, mas acontece a todo momento e ao longo da vida do indivíduo, com isso ela garante o retorno ou começo do processo de aprendizagem para aqueles que precisaram interromper esse caminho ou não tiveram a oportunidade de iniciá-lo. Segundo a Lei nº 9.394 de 1996, além da garantia de inserção dos sujeitos na EJA que não conseguiram completar o ciclo do ensino básico em idade regular, as suas características, realidades e condições de trabalho devem ser consideradas durante essa jornada. Além disso, expõe que “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (Brasil, 1996, p.32). Apesar disso, no contexto atual de vulnerabilidade e negligência em que se encontra a EJA e os próprios trabalhadores que nela estão, torna-se cada vez mais difícil a asseguarção da permanência dos jovens, adultos e idosos, em favor de questões sociais e econômicas que acabam atravessando sua educação dentro da escola. Deste modo, o presente trabalho, tem como **problema de pesquisa:** como a construção do currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser reconfigurada para melhor atender às subjetividades e realidades dos trabalhadores que nele participam, e de que forma essa reconfiguração impactaria sua formação e integração social? Ao propósito de responder à questão, traçamos como **objetivo geral:** investigar como o currículo da EJA pode ser reconfigurado para refletir e atender as experiências, necessidades e subjetividades dos trabalhadores, promovendo sua formação integral e facilitando sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade. E os **objetivos específicos:** compreender os conceitos de Educação, Educação de Jovens e Adultos, Escola, Currículo, Mundo do Trabalho e sua concepção pensada para a EJA; entender quem são os sujeitos trabalhadores que adentram a EJA; refletir a adequação das intencionalidades do currículo da EJA frente



às necessidades formativas e emancipadoras dos sujeitos trabalhadores. **Justifica-se** a construção desse artigo a fim de compreender como a construção do currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) adapta-se para atender às diversas necessidades e realidades dos trabalhadores que nela participam, pressupondo-se de uma perspectiva na qual o currículo não o enxerga como um trabalhador, mas, meramente como mais um aluno que pretende dar continuidade a seu processo de alfabetização, não levando em conta as suas subjetividades e histórias de vida, no tempo e espaço no qual esse sujeito se encontra, não porque assim o quer, mas por fatores sociais, culturais e econômicos. A importância da reflexão acerca da construção desse currículo, a quem ele deseja formar e de que maneira deseja formar, quais identidades ele reconhece, com quais realidades ele dialoga, são fundamentais para uma mudança de rota, compreendendo quem são estes sujeitos, de qual lugar chegam, para onde retornam e quais caminhos percorrem. Considerando quem são os sujeitos trabalhadores da EJA, surge o interesse em entender qual espaço os saberes desses trabalhadores e do seu mundo do trabalho tem ocupado no currículo e como a sua cidadania, seu reconhecimento e entendimento enquanto sujeitos dos direitos do trabalho e da educação vêm sendo abordados. **Metodologia:** Adota-se abordagem qualitativa, de cunho exploratório, orientada à compreensão de significados, valores e atitudes (Deslandes; Minayo; Gomes, 2002; Prodanov; Freitas, 2013). O trabalho de campo ocorreu em uma escola com modalidade EJA no município de Alagoinhas-BA, envolvendo entrevistas semiestruturadas com dois grupos: educandos-trabalhadores (homens e mulheres negros, com inserções laborais informais como carregadores/as de feira, trabalhadores/as do campo, motorista/taxista etc.) e docentes atuantes na EJA. O roteiro contemplou oito questões, incidindo sobre tempos de trabalho, deslocamento e estudo; sentidos dos conteúdos para o cotidiano e o trabalho; organização escolar; planejamento e formação continuada; e qualidade de ensino e interações. O material foi submetido à análise de conteúdo (Bardin, 1977/1997) em três etapas: pré-análise, exploração e tratamento/inferência, originando quatro categorias: (i) do trabalho para a EJA; (ii) currículo e conteúdos; (iii) organização do tempo; (iv) qualidade, interação e pertença. **Conversações conceituais: educação, EJA, currículo e trabalho:** A educação não se limita à escola: ela se manifesta em múltiplos espaços, tempos e práticas, como lembra Brandão (2002), ao reconhecer “educações” plurais que atravessam a vida cotidiana. Entretanto, o processo de escolarização é assegurado por lei como direito, constituindo-se espaço de acesso ao conhecimento e formação cidadã. Para Freire (1996), a educação deve ser entendida como prática da liberdade, crítica e problematizadora, não como “educação bancária” de mera transmissão, mas como processo histórico, inconcluso e permanentemente em construção pela práxis. A escola, nesse sentido, é locus de socialização e produção de saberes, mas carrega ambivalências: pode ser espaço formador e transformador, ou instrumento de reprodução das desigualdades sociais, alinhada ao modelo capitalista que mantém papéis de classe. Amorim (2017) a define como mosaico de saberes e práticas em movimento, mas Brandão (2002) alerta para sua função de garantir a ordem vigente. Ao falar de currículo, Tomaz Tadeu da Silva (1999) o situa como território político, marcado por disputas de poder e seleção cultural que constrói identidades e legitima certas representações em detrimento de outras (mulheres, negros, LGBTQIAPN+). Macedo (2012) acrescenta a noção de “currículo oculto”, que, para além do prescrito, transmite aprendizagens sociais implícitas. Assim, o currículo é documento de identidade, sempre atravessado por relações sociais e ideológicas. No campo da EJA, Arroyo (2017) critica a construção de currículos voltados apenas à empregabilidade formal, invisibilizando saberes dos trabalhos precários e tempos instáveis de vida dos



educandos. Defende currículos flexíveis “tão flexíveis quanto seu sobreviver”, abertos à pluralidade de experiências. Em diálogo, Freire (1992) propõe que a EJA seja concebida como prática de liberdade e leitura crítica da realidade, respeitando os tempos de vida e valorizando os conhecimentos já existentes. Por fim, o trabalho, como analisa Frigotto (2005), é princípio educativo e dimensão constitutiva da vida humana: responde não apenas a necessidades biológicas, mas também culturais, sociais, simbólicas e afetivas. Enquanto práxis, possibilita criar e recriar o mundo, não apenas em termos econômicos, mas também em arte, cultura e relações sociais. Logo, pensar currículo para a EJA exige reconhecer o trabalhador como sujeito pleno, integrando suas trajetórias e experiências, e não como mero continuador de escolarização, mas como protagonista de sua formação integral e emancipadora. **Resultados e discussão: Do trabalho para a EJA: tempos e deslocamentos:** As falas dos educandos destacam jornadas longas, cansaço corporal e deslocamentos extensos, compondo um regime de escassez de tempo. Apesar disso, emerge forte motivação: “venho porque preciso aprender para preencher notas/documentos; não posso faltar” (Aluno Sr. B, 2025). A escola noturna, com duas horas, é percebida como tempo curto, mas único possível dado transporte e segurança. Implica planejar por módulos curtos e intensivos, com objetivos aplicáveis, sem abdicar da formação crítica. **Conteúdos e pertinência:** o que “faz sentido” ao trabalhador: Educandos reportam sentido prático quando conteúdos se vinculam a tarefas reais (formular vários documentos, ortografia funcional, leitura de avisos/contratos, leitura do território). Docentes relatam esforço de contextualizar com reportagens locais e temas da cidade. Persistem lacunas na matriz curricular, que oferece pouca orientação para a EJA e transfere a flexibilização ao professor. Propõem-se eixos estruturantes: letramentos para a vida e o trabalho; matemáticas do cotidiano; ciência e saúde do trabalhador; tecnologias e serviços; território, cultura e cidadania. **Organização do tempo escolar:** Docentes avaliam que ampliar a carga noturna pode reduzir a frequência pelo cansaço; defendem qualidade em 2h com aulas focadas e boa merenda. Educandos desejam mais tempo, mas reconhecem limites objetivos. Propõe-se calendário por ciclos curtos, aulas em blocos de 25–30 minutos com tarefas ativas e produção tangível, microcertificação de competências e apoios extraclasses de baixo atrito. **Qualidade, interação e pertença:** As professoras valorizam oralidade, escuta e diferenciação em turmas heterogêneas. Preveem-se estratégias de nivelamento contínuo, avaliação formativa com rubricas simples e portfólios de evidências, valorizando saberes prévios do trabalho como ponto de partida. **Proposta-síntese de reconfiguração curricular para a EJA (trabalhadores):** Princípios: trabalho como práxis (Frigotto, 2025), dialogicidade e problematização (Freire), currículo como território político e identidade (Silva; Macedo), flexibilidade e modularidade (Arroyo, 2017). Arquitetura: eixos estruturantes com competências de saída e descritores de evidência. Sequências curtas (2–4 encontros) com tarefa produto aplicável. Avaliação formativa e microcertificados. Tempo e logística ajustados aos limites reais (blocos ativos, atividades de bolso, apoio remoto curto) e parcerias para transporte/serviços. Formação docente situada e coautoria curricular. **Considerações finais:** Os achados indicam que o caminho curricular muda quando reconhecemos quem caminha. Na EJA, o sujeito-trabalhador vive tempos instáveis e necessidades urgentes; por isso, a flexibilização é decisão política de inclusão. O currículo precisa validar e potencializar saberes do trabalho, garantir aprendizagens úteis e críticas e respeitar o tempo presente. Defende-se um currículo-mosaico, modular, situado e emancipador, que orienta o planejamento docente e devolve poder de agência ao educando. Em termos de política pública, implica diretrizes específicas para EJA (tempo, transporte, alimentação,



certificação por competências, formação situada) e integração intersetorial.

Palavras-chave: EJA; Currículo; Mundo do trabalho; Subjetividades; Flexibilização.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio; SANTOS, Carla Liane N. dos; CASTAÑEDA, José Antonio Serrano. Inovação da gestão dos saberes escolares: fator de promoção da qualidade do trabalho pedagógico. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 38, p. 115-126, jul./dez. 2012.

AMORIM, António. Gestor escolar inovador: educação da contemporaneidade. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 35, p. 67–82, 2017.

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (v.1). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CONCEPÇÕES E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E DO ENSINO MÉDIO. CETEP - Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia. In: Ensino Médio Integrado: Concepção contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo: campo, conceito e pesquisa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.